

## INOVAÇÕES EDUCACIONAIS NO COTIDIANO DO GRUPO ESCOLAR FREI MIGUELINHO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

EDUCATIONAL INNOVATIONS IN THE DAILY LIFE OF THE FREI MIGUELINHO SCHOOL GROUP IN THE FIRST DECADES OF THE 20TH CENTURY

**Andressa Barbosa de Farias Leandro<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7752-6359>

E-mail: [andressa-leandro@hotmail.com](mailto:andressa-leandro@hotmail.com)

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as inovações educacionais no cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho, situado na cidade do Natal-RN, nas primeiras décadas do século XX. O trabalho é orientado pelas discussões teóricas de Certeau (1994) sobre o cotidiano e Magalhães (2004) acerca das instituições escolares articuladas ao diálogo com as fontes escritas e iconográficas. Constatou-se que o professor Luiz Soares, que dirigiu o Grupo Escolar Frei Miguelinho por 54 anos, recorrendo às “maneiras de fazer” conseguiu transformar o grupo escolar do bairro do Alecrim em um espaço de educação que articulava o ensino regular às outras práticas educativas, tais como o escotismo, o ensino profissional e musical e o cinema educativo. As aulas do ensino primário ministradas no Grupo Escolar Frei Miguelinho e essas inovações educacionais se complementavam, pois o educador norte-rio-grandense almejava, por meio dessas práticas intervir na realidade social que circundava seus discípulos, tornando-os cidadãos educados, conscientes dos seus direitos e deveres e úteis à sociedade.

**Palavras-chave:** Cotidiano, Grupo Escolar Frei Miguelinho, Inovações educacionais, Professor Luiz Soares.

### Abstract

The present work aims to analyze the educational innovations in the daily life of the Frei Miguelinho School Group, located in the city of Natal-RN, in the first decades of the 20th century. The work is guided by the theoretical discussions of Certeau (1994) about daily life and Magalhães about school institutions articulated to the dialogue with written and iconographic sources. It was found that Professor Luiz Soares, who directed the Frei Miguelinho School Group for 54 years, resorting to “ways of doing” managed to transform the school group in the Alecrim neighborhood into an education space that articulated regular teaching with other educational practices, such as Scouting, professional and musical education and educational cinema. The primary school classes taught at Grupo Escolar Frei Miguelinho and these educational innovations complemented each other, as the educator from Rio Grande do Norte aimed, through these practices, to intervene in the social reality that surrounded his disciples, making them educated citizens, aware of their own rights and duties and useful to society.

**Keywords:** Daily, Frei Miguelinho School Group, Educational innovations, Professor Luiz Soares.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## INTRODUÇÃO

Os Grupos Escolares foram implantados logo após a proclamação da República, graças as iniciativas dos reformistas da instrução pública para a consolidação do projeto republicano de modernização da nação. Regulamentados e instalados no ano de 1894, inicialmente, no estado de São Paulo e, posteriormente, disseminados para outros estados brasileiros; “[...] os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época.” (SOUZA, 1998, p. 16).

De acordo com Silva e Morais (2012), a implantação dos grupos escolares no estado do Rio Grande do Norte foi efetivada por meio do Decreto nº 178 de 05 de março de 1908, o qual remodelou o ensino público, restabeleceu a Diretoria Geral da Instrução Pública, reabriu a Escola Normal de Natal e criou o Grupo Escolar Augusto Severo, inaugurado em 12 de junho de 1908, sendo transformado em escola modelo para os estabelecimentos de ensino elementar por meio do Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909.

Para Azevedo e Santos (2016, p. 173), os grupos escolares no estado do Rio Grande do Norte foram um meio de propagação do modelo de ensino apontado como moderno calcado nos ideais republicanos. “Por meio deles, foram instituídos procedimentos, normas e regulamentos necessários para a construção de um modelo escolar dito de qualidade e com disciplina para toda a sociedade”.

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da História da Educação, especificamente na esteira da história das instituições escolares, analisa as inovações educacionais ocorridas no Grupo Escolar Frei Miguelinho, no início do século XX, instituição pública de ensino primário, localizada no bairro do Alecrim, na cidade do Natal-RN. A tessitura desse estudo é fundamentada pela História Cultural, notadamente pelas considerações teóricas de Certeau (1994) sobre o cotidiano e de Magalhães (2004) acerca das instituições educativas.

O Grupo Escolar Frei Miguelinho, enquanto objeto historiográfico, deve ser apreendido como uma “[...] totalidade em organização e desenvolvimento, na sua internalidade e na sua relação ao exterior”, não podendo ser analisado fora dos contextos e circunstâncias históricas nas quais ele está inserido (MAGALHÃES, 2004, p. 134).

Para construir a narrativa histórica de uma instituição educativa, deve-se considerar, segundo Werle (2004), que:

A instituição é transpassada e constituída por relações de poder vinculado à figura de uma pessoa principal inaugural que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la e a seus “herdeiros” que interpretam o seu ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais.

Para a autora, fazer história institucional exige a revisitação do seu projeto primitivo, a posição do seu fundador e a retomada das suas formas de organização jurídicas e material. Posto isso, compreendo que a figura principal e inaugural do Grupo Escolar Frei Miguelinho é o professor Luiz Soares, visto que ele foi o primeiro diretor desse estabelecimento de ensino, permanecendo no cargo durante mais de cinco décadas.

Com o advento dos grupos escolares surgiu a figura do diretor escolar, cujas

competências estabelecidas na legislação educacional abrangia aspectos administrativos e pedagógicos:

Cabia a ele fiscalizar todas as classes durante o funcionamento das aulas, elaborar horários, fiscalizar, representar a escola, propor ao governo criação e supressão de lugares de adjuntos no grupo e nomeação e dispensa de professores, indicar a nomeação de porteiros, contratar e despedir porteiro e servente, proceder a matrícula, classificação e eliminação de alunos, submetê-los a exames mensais e finais, responder por toda a 327 Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, escrituração da escola, organizar folha de pagamento e diário de ponto, apresentar relatórios anuais, além de fazer cumprir as disposições legais sobre o recenseamento escolar e impor ao pessoal as penas em que incorressem (SOUZA, 1998, p.81).

Contudo, o que percebemos foi que o cotidiano Grupo Escolar Frei Miguelinho foi reinventado pelas inovações educacionais postas em prática pelo Professor Luiz Soares, inovações essas que “se tecem em redes de ações reais, que não são e poderiam ser meras repetições de uma ordem social/de uma proposta curricular ou formação preestabelecidas e explicadas no abstrato” (OLIVEIRA, 2002, p, 44). Dito de outra forma, as inovações educacionais implementadas no referido grupo escolar não podem ser explicadas como meras competências estabelecidas na legislação educacional, mas sim como ações ou “maneiras de fazer” do seu diretor que alteraram o dia a dia desse estabelecimento de ensino.

Para Certeau (1994, p. 38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, assim o sujeito praticante do dia a dia, vai criando, (re) inventando o cotidiano com as “astúcias”, “táticas” ou “maneiras de fazer” que “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (CERTEAU, 1994, p. 41), escapando de forma silenciosa dos lugares que lhes são atribuídos, alterando sutilmente a ordem estabelecida.

Destarte, propomos aqui adentrar no cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho e lançar luz sobre as inovações educacionais implementadas pelo professor Luiz Soares. Não obstante, esperamos que esse estudo venha contribuir com a historiografia da educação e estimular o debate e a produção acadêmica sobre os grupos escolares brasileiros, esse modelo escolar implantado durante o período republicano.

## MÉTODOS

A presente pesquisa histórica tem um caráter qualitativo. “O universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam (MINAYO, 2014, p.24). A análise documental foi o método elegido para o desenvolvimento do estudo proposto, visto que de acordo com Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Entretanto, é preciso observar, conforme adverte Le Goff (1990), que os documentos são produzidos pelas sociedades históricas, de forma consciente ou inconsciente, para impor uma imagem de si mesmas:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Sendo o documento uma construção histórica faz-se necessário que o pesquisador analise as condições de sua produção, desmistificando o seu significado aparente. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5) ressaltam que “[...] o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos”, assim também podem ser caracterizados como documentos os “filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres”. Assim, nosso corpus documental é constituído por decretos, leis, notícias de jornais e fotografias, visto que “a seleção e/ou opção por incorporar ou deixar disponível esse ou aquele documento em uma investigação educacional significa conferir-lhe a condição de documento histórico-pedagógico” (MELO, 2010, p. 15).

No intuito de compreender as inovações educativas no cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho, nos aproximamos dos apontamentos teóricos tecidos por Certeau (1994) por entender que o professor Luiz Soares, enquanto diretor desse estabelecimento educativo, tinha que lidar com os acontecimentos e ocasiões que se apresentavam no cotidiano escolar, tendo, por vezes, que recorrer ao uso das “táticas” ou “maneiras de fazer” para inovar as práticas pedagógicas.

Na perspectiva certeuniana, o cotidiano é perpassado por práticas que são articuladas as “estratégias” e as “táticas”. Enquanto as “estratégias” postulam um lugar próprio, estabilidade e capitalização do tempo, as “táticas” são determinadas pela ausência de um poder, são ações que alteram os objetos e códigos estabelecidos.

Outrossim nos ancoramos nas considerações teóricas de Magalhães (2004) que nos possibilitou pensar o Grupo Escolar Frei Miguelinho enquanto uma instituição educativa inserido no contexto e nas circunstâncias históricas da cidade do Natal.

## RESULTADOS

A criação do Grupo Escolar Frei Miguelinho se insere no contexto da expansão da rede de ensino primário, que adotou como modelo educacional o Grupo Escolar Augusto Severo, requerida pela Reforma da Instrução do Estado do Rio Grande do Norte. Os vinte e quatro grupos escolares criados entre os anos de 1908 e 1913, dentre eles, o grupo escolar que é objeto desse estudo, representou um avanço para a educação pública do Estado Norte-rio-grandense, configurando-se também em elemento de transformação urbana no início do século XX, conforme explicou Moreira (2005).

O Grupo Escolar Frei Miguelinho<sup>2</sup>, criado por meio Decreto N. 277-B de 28 de novembro de 1912, foi o segundo Grupo Escolar a ser implantado na cidade do Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte<sup>3</sup>, pelo governador Alberto Maranhão. O referido Grupo, inaugurado em 13 de abril de 1913, no bairro do Alecrim, compreendia três escolas, sendo duas elementares, uma para cada sexo, e uma mista infantil.

---

<sup>2</sup> O nome do Grupo é uma homenagem a Frei Miguelinho, um dos mártires da Revolução Pernambucana.

<sup>3</sup> O Frei Miguelinho foi o 23º Grupo Escolar criado no Estado do Rio Grande Do Norte (PINTO, 2015).

Ainda no ano de 1912, o então governador nomeia o professor Luiz Correia Soares de Araújo como diretor do recém-criado grupo escolar, que estava situado na Rua Fonseca e Silva, no bairro do Alecrim, um dos bairros mais desassistidos da cidade na época:

Este grupo, como se sabe, está situado num dos bairros mais pobres da cidade. Os que o frequentam são na sua quasi totalidade filhos de operários, de vendedores ambulantes, de lenhadores e até de mendigos. A situação dessas pobres creanças já foi objecto de um minucioso commentario nesta mesma columna, que seria demasia reproduzir. O que ha agora de interessante no facto é a nitida comprehensão que delle teve o professor Luiz Soares e o modo como procurou remediar as precárias condições econômicas de seus alunos [sic] (PEQUENOS ECHOS, 1917, p. 11).

A maioria das crianças que estudava no Grupo Escolar Frei Miguelinho não tinha calçados nem vestuários adequados, o que as levava a faltar as comemorações escolares e até as aulas. Diante dessa situação, o professor Luiz Soares resolveu criar a Associação Cooperativa e de Mutualidade com o concurso dos próprios alunos, a fim de auxiliar as crianças pobres, inclusive aquelas incapacitadas de frequentarem a escola devido à falta de roupas e de livros:

Esta economia proporcionará a muitas creanças o prazer de comparecerem à festa de premiação escolar e da qual o anno passado tantas ficaram privadas á falta de vestuário. Foi com verdadeiro desgosto que ouvimos chamar os nomes de algumas creanças laureadas, ausentes daquela festa não por moléstia, mas precisamente pela vergonha de se encontrarem entre as outras, em dia de festa, com os pobres vestidos e os sapatos rôtos do uso diário [sic](PEQUENOS ECHOS, 1917, p. 10).

Segundo Ferreira (2009), a cooperativa contava com a Caixa Escola<sup>4</sup>, que funcionava como uma espécie de poupança para os alunos que podiam poupar e para os professores que lecionavam no Grupo Escolar Frei Miguelinho. Esses alunos e professores faziam depósitos mensais e, ao final do ano letivo, recebiam o dinheiro depositado com os seus devidos rendimentos. A Caixa Escola era utilizada para diversas finalidades, a exemplo da assistência jurídica, realizando registro de nascimento das crianças no cartório; para consultar pequenos enfermos, medida que tinha por fito diminuir o alto índice de mortalidade no bairro, outrossim diminuir a taxa de crianças que faleciam por falta de assistência e por decorrência de causas desconhecidas.

Fundamentados em Certeau (1994), percebemos o Grupo Escolar Frei Miguelinho como “lugar” e como “espaço”, ou seja, um lugar fixo e estável, mas também um espaço praticado e transformado pelo movimento e operacionalização das práticas de seu diretor:

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a

---

<sup>4</sup> A iniciativa do professor Luiz Soares influenciou a Reforma do Ensino, realizada em 29 de novembro de 1916. Assim, a criação da Caixa Escola tornou-se uma medida que deveria ser estendida a todos as escolas públicas do estado (FERREIRA, 2009).

funcionar em unidade polivalente de programas conflituais, ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 1994, p. 202).

Nessa mesma perspectiva, compreendemos que o professor Luiz Soares é um praticante da “vida cotidiana” que através das “maneiras de fazer” introduziu inovações educacionais no Grupo Escolar Frei Miguelinho, transformando assim o cotidiano desse estabelecimento educativo.

“O professor Luiz Soares adquiriu, assim, pelo próprio esforço inteligente e proffcuo, uma individualidade própria como educador” [sic] (PEQUENOS ECHOS, 1917, p.11), ele advogava por uma educação que não se limitasse apenas a ensinar o ABC, conforme evidenciou Pinto (2015). Mesmo antes dos ideais do ativismo serem amplamente divulgados na cidade do Natal, no ano de 1930, pelo professor Eliseu Viana por meio de sua obra *A escola activa: pela sua propaganda*, o professor Luiz Soares já se articulava para inovar as práticas pedagógicas do grupo escolar do qual era diretor:

Manda a verdade dizer que o professor Luiz Soares não é inteiramente um subordinado à burocracia pedagógica. Ele tinha iniciativas próprias, algumas das quais tidas por ingênuas, mas outras de real valor e de grande proveito à educação intuitiva e cívica das crianças (PEQUENOS ECHOS, 1917, p. 10).

É importante ressaltar que, no ano de 1917, o professor Luiz Soares juntamente com o poeta, político e educador Henrique Castriciano e o comandante Monteiro Chaves, diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros, implanta o escotismo no estado potiguar, fundando a Associação de Escoteiros do Rio Grande do Norte. Entretanto, no ano de 1919, devido ao afastamento de Henrique Castriciano e do comandante Monteiro Chaves, a referida Associação encerrou as suas atividades e “coube a Luiz Soares prosseguir na obra educativa e patriótica” (MELO, 1977, p. 118). Ele reuniu alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho e fundou em 14 de julho de 1919, a Associação de Escoteiros do Alecrim (A.E.A).

Entusiasta do ativismo, o professor Luiz Soares foi o maior propagador do escotismo na capital potiguar. Contemporâneo dos discursos políticos e educacionais que propagavam a ideia do engrandecimento da pátria por meio da educação e do aperfeiçoamento moral da infância e juventude, ressaltava que: “Os jovens escoteiros, uma vez firmados nas suas nobres convicções, contida naquelle [sic] Código que eles tanto amam, será de futuro, um desses fortes elementos de que poderemos dispor na obra indigente de grandeza do Brasil” (ARAÚJO, 1917, p. 7).

O escotismo é a mais perfeita escola ativa para a formação moral e cívica da juventude; e, mais do que isso, é a verdadeira escola vocacional de que tanto carecemos no nosso aparelho escolar. Agora que no Brasil se fala tanto da escola ativa não seria fora de propósito que os interessados na educação da juventude estudassem mais de perto a aplicação do método escotista, onde encontrariam a essência dessa nova escola, cuja vantagem está sendo discutida na imprensa local pela inteligência robusta do professor Eliseu Vianna (SOARES, 1929, p. 4).

Reconhecida de utilidade pública no estado norte-rio-grandense, pela Lei Estadual nº 491 de 1º de dezembro de 1920, a Associação de Escoteiros do Alecrim cumpria o papel de

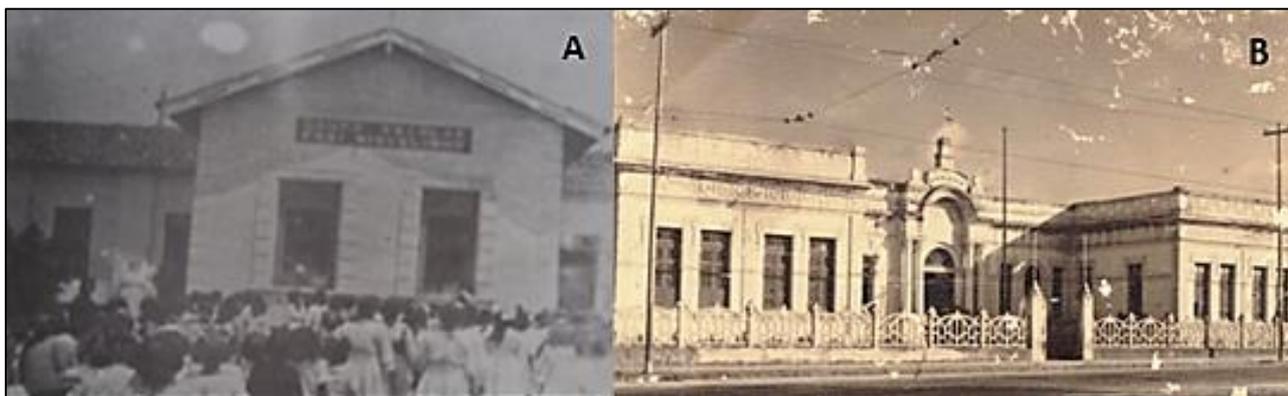
complementar a educação ministrada no Grupo Escolar Frei Miguelinho. O professor Luiz Soares defendia uma expansão do escotismo via educação regular, visto que os professores primários, por viverem em contato diário com as crianças, seriam os que melhores condições teriam para amparar o escotismo:

Como seria proveitoso e mesmo patriótico, que os nossos dignos colegas de magistério primário se tornassem propagandistas do escotismo, considerando-o uma ramificação propriamente dita da árvore frondosa da educação, cuja sombra se agasalham os que veem, nesta hora angustiosa, a imagem da pátria como a que se transfigurar nos rostos juvenis daqueles escoteiros! (ARAÚJO, 1917, p. 6).

Devemos considerar, ainda, que a pedagogia escoteira estava ancorada nos ideais do ativismo, tais como o aprender fazendo, desenvolvimento individual e o contato com a natureza, o que contribuiu para que muitos educadores que expressavam críticas ao modelo tradicional de ensino, no início do século XX, entusiassem-se pelo escotismo.

As atividades da Associação de Escoteiros do Alecrim, a qual foi construída no mesmo quarteirão em que estava situado o Grupo Escolar Frei Miguelinho, vão inovar o cotidiano do Grupo do Escolar Frei Miguelinho, haja vista que os alunos do supracitado estabelecimento escolar também eram escoteiros. Para facilitar o dia a dia do professor Luiz Soares, foi aberta uma passagem entre os dois terrenos para interligar os dois estabelecimentos educativos. Dessa forma, ele podia transitar ente ambos com muita facilidade durante o seu expediente de trabalho. Para o educador potiguar, a Associação de Escoteiros do Alecrim e o Grupo Escolar Frei Miguelinho se complementavam, talvez, por isso, suas atividades estivessem imbricadas:

Figura 1: Fachada do Grupo Escolar Frei Miguelinho (A); Fachada da A.E.A (B)



Fonte: Museu do Escoteiro do Rio Grande do Norte

Convivendo diariamente com os problemas sociais do bairro do Alecrim, onde estavam situados a A.E.A e o Grupo Escolar Frei Miguelinho, percebeu a necessidade de que a educação fosse além do ABC e dos ensinamentos de Baden-Powell e proporcionasse aos seus discípulos, ou seja, a seus alunos/escoteiros, moradores daquela localidade, outras práticas educativas para que assim pudessem ter uma melhor condição social, visto que “a pobreza dominava o bairro” (NONATO, 1980, p. 28). Com esse intuito, ele introduziu na A.E.A e conseqüentemente no Grupo Escolar Frei Miguelinho o ensino profissional e musical, além de um Cinema Educativo, (re)iventando, assim, esse espaço educativo

## A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM

No intuito de melhorar a qualidade de vida dos seus alunos e também escoteiros, garotos humildes moradores do bairro do Alecrim, o professor Luiz Soares idealizou a criação de uma Escola Profissional na Associação de Escoteiros do Alecrim. Utilizando-se de diversas “maneiras de fazer” para concretizar o seu objetivo, ele consegue uma verba federal e se articula ao Governo Estadual, que por meio do Decreto 176 de 24 de abril de 1922 cria a Escola Profissional do Alecrim, que dispunha, inicialmente, de oficinas de sapataria, serralheria, funilaria, marcenaria,

Conforme determinava o decreto nº 176, a Escola Profissional do Alecrim era mantida pela A.E.A em cooperação com o Estado. Assim, a sua administração ficou a cargo do professor Luiz Soares que, a partir de então, passava a dirigir os três estabelecimentos educativos do bairro do Alecrim: o Grupo Escolar Frei Miguelinho, a A.E.A e a Escola Profissional do Alecrim. Já o governo se encarregou da instalação das máquinas, como também do pagamento dos respectivos mestres, “que por força da Lei são funcionários públicos” (NA MARINHA..., 1944, p. 4), com as vantagens que a Lei reserva aos professores.

Como nesse período a sede da A.E.A encontrava-se em processo de construção, as máquinas foram instaladas, provisoriamente, no Grupo Escolar Frei Miguelinho, em 12 de junho de 1922. Em meados de 1923, “quando a sede da A.E.A ficou pronta, as máquinas foram distribuídas em cinco salas da A.E.A” (ESCOTEIROS..., 1982, p. 12).

Com a instalação da Escola Profissional do Alecrim os alunos/escoteiros do Grupo Escolar Frei Miguelinho podiam, ao mesmo tempo, adquirir as habilidades manuais recomendadas pelo método escoteiro e aprender um ofício para assim poderem remediar as precárias condições econômicas em que viviam, assim os alunos faziam

[...] O seu preparo intelectual no grupo escolar “Frei Miguelinho” e frequentam a “Escola Profissional do Alecrim” para a aprendizagem de um ofício a que são obrigados a fim de fazerem jús a Caderneta de Escoteiros Licenciados [sic] (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 59).

Inicialmente, a Escola Profissional do Alecrim direcionou o seu ensino para atender apenas aos alunos do sexo masculino. Entretanto, já no ano de 1923, o professor Luiz Soares manifestava o desejo de criar uma seção feminina, como também expandir as oficinas, instalando um curso de alfaiataria (RIO GRANDE DO NORTE, 1923). Devido à falta de recursos financeiros, a seção feminina só pode ser instalada no ano de 1926. Contando com subvenções do governo estadual, a Escola Profissional do Alecrim passa, partir de então, a oferecer o curso de bordados e costuras as alunas e escoteiras do Grupo escolar Frei Miguelinho (RIO GRANDE DO NORTE, 1927).

Responsável pela organização do horário de ensino, o professor Luiz Soares estabeleceu dois turnos: matutino e vespertino, com duração de quatro horas cada, sem prejuízo do horário do Grupo Escolar Frei Miguelinho. Dessa forma, os alunos que estudavam no turno da manhã no referido grupo escolar poderiam no turno da tarde aprender um ofício na Escola Profissional e vice-versa.

A exposição de trabalhos da Escola Profissional do Alecrim ocorria no final do ano letivo concomitantemente ao encerramento das atividades do Grupo Escolar Frei Miguelinho. Assim, o diretor de ambos estabelecimentos, o professor Luiz Soares, aproveitava a ocasião para organizar uma grande exposição com as peças produzidas nas oficinas e com os trabalhos escolares dos seus alunos.

## O CINEMA EDUCATIVO

Imbuído pela ideia do uso do cinema para fins educativos que se propagava entre os intelectuais e educadores em meados da década de 1920, o professor Luiz Soares adquiriu, no ano de 1928, nas Lojas Kodak na cidade do Rio de Janeiro, um projetor Kodascope typo A para a exibição de filmes nas dependências da A.E.A (CINEMA EDUCATIVO, 1938).

O discurso de utilização do cinema para fins educacionais se insere na esteira da renovação pedagógica. Por propiciar uma percepção do real, o filme passa a ser percebido como um aliado à prática da sala de aula, despertando, assim, o interesse dos educadores. Reproduzindo em parte essa discussão de âmbito internacional, os educadores brasileiros, a exemplo do professor Luiz Soares, tentaram se apropriar da prática discursiva fílmica, vista “como um dos princípios de uma educação sadia e nacionalizante” (VIDAL, 1994, p. 27). No Rio de Janeiro, o uso do cinema para fins educativos foi regulamentado no ano de 1928, por meio do Decreto nº 2.940, assinado por Fernando Azevedo, diretor da Instrução Pública, durante a reforma educacional que promoveu no Distrito Federal.

Entretanto, conforme assevera Carvalhal (2008, p. 41), as dificuldades econômicas e técnicas para adquirir e implantar o sistema cinematográfico no país eram constantes. A autora explica que “em 1932 existiam apenas 145 escolas públicas e privadas no país com aparelhamento especial para projeção de filmes”.

Não obstante, o professor Luiz Soares conseguiu implantar o Cinema Educativo para os seus discípulos. As fontes não dão detalhes sobre o valor do projetor que foi adquirido na Casa Kodak, tampouco como o educador norte-rio-grandense conseguiu arrecadar os recursos necessários para efetuar determinada compra, entretanto, acreditamos que o professor Luiz Soares recorreu ao Poder Estadual e, possivelmente, ao auxílio de doações de particulares para realizar a compra do referido projetor.

“Pioneira no cinema educativo no norte do país” (CINEMA EDUCATIVO, 1938, p. 7), a A.E.A disponibilizava sessões de cinema aos escoteiros e alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho, principalmente, em datas comemorativas, como Dia do Escoteiro, Semana da Pátria, Aniversário do Grupo Escolar Frei Miguelinho, Aniversário da A.E.A, Dia do Professor, entre outras:

A Associação de Escoteiros do Alecrim festeja hoje o 20º aniversário de sua fundação autônoma. Conhecemos de perto o que representa para a nossa terra o trabalho assíduo de assistência e disciplina dessa instituição benemerita, que o senhor Luiz Soares vem dirigindo com tanto desvelo [...]. Em comemoração à data de hoje haverá desfile dos escoteiros pelas ruas da cidade, realizando à noite, na sede, vários jogos recreativos e uma sessão do “Cinema Educativo” (ANIVERSÁRIO..., 1939, p. 1).

É importante esclarecer que o Cinema Educativo não ficava restrito aos escoteiros, esse recurso pedagógico era estendido para todos os alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho, independente da sua condição de escoteiros. Eventualmente, ainda era exibida sessões para homenagear algum visitante, a exemplo da sessão cinematográfica realizada, em 22 de março de 1939, para homenagear a professora pernambucana Nair de Andrade, que se encontrava na cidade natalense, a convite do Governo do Estado, para promover conferências sobre o cooperativismo escolar.

Cabe destacar que, nesse período, salvo algumas exceções, a exemplo da associação escoteira, poucos estabelecimentos educativos do país possuíam um projetor para a exibição de filmes. Parece-nos que na cidade do Natal, a A.E.A era o único estabelecimento que possuía tal equipamento, haja vista que, conforme destacou Costa (2015), somente em Julho de 1935 é que o então governador Mário Câmara institui, por meio de um decreto, a instalação do primeiro Cinema Educativo em Natal, que ficaria a cargo do departamento de Educação. Todavia, apesar de terem sido exibidos alguns filmes no salão do Orfanato João Maria, cujas sessões contaram com a presença do próprio Mário Câmara, essa iniciativa não teve continuidade na administração do governador que o sucedeu<sup>5</sup>.

Para custear as despesas com a aquisição dos filmes, o professor Luiz Soares abria o cinema ao público de outras escolas, disponibilizando três sessões por semana: “em cada sessão será (era) cobrada uma pequena entrada para atender as despesas com a aquisição dos filmes” (CINEMA EDUCATIVO DOS ESCOTEIROS..., 1938, p. 1). Além dessas sessões semanais, o professor Luiz Soares resolveu “aceitar contratos para sessão cinematográficas nas escolas ou casas de famílias cobrando uma taxa de 20\$ por cada sessão (CINEMA EDUCATIVO DOS ESCOTEIROS..., 1938, p. 1). Provavelmente, devido à insuficiência no número de projetores no Estado, conforme destacou Galvão (2004), fosse fácil para o diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho contatar escolas que se dispusessem, mediante pagamento de uma taxa, contratar as sessões cinematográficas.

No intuito de organizar a filmoteca do Cinema Educativo, no ano de 1947, o professor Luiz Soares recorre ao vice-cônsul dos Estados Unidos, George Filden Colman:

Confirmando o nosso ofício anterior, voltamos a V. Excia. para renovar o nosso pedido relativamente a doação, por esse consulado, de uma filmoteca com os filmes de 16m já usados pela coordenação e recolhidos ao depósito como filmes excluídos dos programas por ser muito usados. Com a organização do nosso Cinema Educativo, desde 1928, possuímos um projetor para filmes mudos, porém agora adquirimos um outro na Loja Vitor para Cinema falado e estamos com dificuldade para a formação da filmoteca. Contando que V. Excia. atendendo à alta finalidade do nosso Cinema Educativo de caráter inteiramente instrutivo para os nossos escoteiros, facilitará a nossa Associação na organização da sua filmoteca. Antecipando os nossos agradecimentos. Sempre Alerta. (OFÍCIO Nº 1013, 20 MAR. 1947).

Não foi possível confirmar nas fontes se o vice-cônsul atendeu ao pedido do professor Luiz Soares, tampouco obter maiores informações sobre esse novo projetor. É importante ainda ressaltar que, com exceção do ofício citado anteriormente, nenhuma fonte cita que o primeiro

---

<sup>5</sup> Mário Câmara assumiu a administração do estado potiguar em 02 de agosto de 1933, permanecendo no cargo até 27 de outubro de 1935, quando foi sucedido por Liberato da Cruz Barroso.

projektor adquirido pela A.E.A, no ano de 1928, era para “filmes mudos”. Contudo, o que nos chamou atenção foi um ofício enviado pelo professor Luiz Soares, poucos dias depois do envio do primeiro, ao supracitado vice-cônsul, no qual ele oferece o espaço da associação escoteira para abrigar as urnas com os restos mortais dos soldados que seriam repatriados pelo governo americano:

Tomando conhecimento do ato do elevado patriotismo do governo dos Estados Unidos, mandando repatriar os restos dos bravos soldados e aviadores americanos sepultados no Cemitério do Alecrim, venho oferecer a V. Excia. O salão nobre da nossa sede social para serem depositadas as urnas até o transporte para a grande nação amiga. Posso adiantar a V. Excia. que as urnas seriam então guardadas pelos escoteiros que sempre tomaram parte dos funerais desses bravos soldados cujos restos mortais vão regressar (digo) repousar no seio querido da pátria [sic] (OFÍCIO 1.015, 02 ABR. 1947).

Percebemos que para manter as inovações educacionais introduzidas no cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho e da A.E.A, o professor Luiz Soares lançava mão de táticas e estratégias, por vezes, submetendo-se a regras do velho jogo político do “toma lá, dá cá” para conseguir seus objetivos, como no exemplo citado acima, no qual ele oferece as dependências da associação de escoteiros ao cônsul americano para guardar as urnas com os restos mortais dos soldados americanos, logo após o pedido para que ele doasse alguns filmes à filmoteca do Cinema Educativo.

## **A CHARANGA DO ALECRIM E O ENSINO MUSICAL**

O professor Luiz Soares via o ensino da música como uma forma de educar, disciplinar e estimular as capacidades dos seus alunos. Assim, no ano de 1918, o professor Luiz Soares reuniu alguns dos seus alunos e criou a Charanga do Alecrim, popularmente conhecida como a banda dos escoteiros, vislumbrada pela sociedade natalense como uma iniciativa pioneira do educador norte-rio-grandense que deveria ser posta em prática nos Grupos escolares da capital para beneficiar “o aluno pobre que muitas vezes tendo vocação para a arte dos sons não pode comprar um instrumento de sopro e pagar professores caros” (BANDAS, 1945, p. 4).

Inicialmente, as aulas eram ministradas em um salão do Grupo Escolar Frei Miguelinho:

[...] A 2 de Maio de 1918 num salão do Grupo Escolar Frei Miguelinho iniciaram-se a aulas de música, dadas por José Gabriel Gomes da Silva, Gabrielzinho, uma criatura espirituosa e viva[...]. Funcionário do Departamento de Educação, Gabrielzinho trabalhava no Correio e, de noite, dava aulas aos meninos que tocavam trombones roucos e guinchantes clarinetas, assombrando o Alecrim inteiro (CASCUDO, 1945, p. 5).

Após conversa com o professor Luiz Soares, que o convenceu sobre os benefícios do ensino de música para a educação dos seus alunos, o governador Ferreira Chaves “mandou fornecer o instrumental por conta do Estado” (CÂMARA, 1945, p. 5) e contratou José Gabriel Gomes da Silva, ou mestre Gabrielzinho, como ficou sendo chamado, para ministrar as aulas de música aos alunos do Alecrim. Os instrumentos foram comprados na Loja Guarani, no Rio de

Janeiro, certamente, por intermédio do comerciante Coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo, que anteriormente tinha sido encarregado, pelo próprio Ferreira Chaves, de importar os uniformes para os primeiros escoteiros natalenses.

De acordo com Cascudo (1945), durante os primeiros meses da Charanga do Alecrim, o mestre Gabriezinho foi auxiliado por Manoel Florentino de Albuquerque, contramestre da banda do Batalhão de Segurança e Funcionário da Recebedoria do Estado. Os dois tinham a incumbência de ensinar a tocar trombones e clarinetas a dezesseis garotos que nunca tinham tido contato com os instrumentos musicais. A inauguração oficial da Charanga do Alecrim ocorreu “na manhã do dia 15 de outubro de 1918 quando a banda dos escoteiros realizou a sua primeira tocata na Vila Cincinato, residência particular do desembargador Joaquim Ferreira Chaves, então governador do Estado” (BODAS..., 1943, p. 3).

Essa data não foi escolhida por acaso, o 15 de outubro era também o dia do aniversário do governador Ferreira Chaves, e para demonstrar o quanto o professor Luiz Soares e os seus alunos/escoteiros estavam gratos pelo apoio dado pela autoridade maior do estado, a banda tocou em frente à Vila Cincinato em homenagem ao governador. Especialmente composta para ocasião, por José Sinésio Freire, regente da banda do Batalhão de Segurança, a composição que recebeu o nome de *Ferreira Chaves* era “um dobrado fácil para ser executado por um conjunto instrumental infantil” (CASCUDO, 1945, p. 5).

Após a apresentação, foi servido um café da manhã para os integrantes da banda, conforme lembrou, anos mais tarde, Gil Soares de Araújo, um dos componentes da banda:

Surpreso e radiante, Chaves nos acolheu paternalmente. Chegou a ajudar a nos servir à mesa, juntamente com a digna esposa, a bondosa dona Alexandrina. Para nós, meninos do Alecrim, pela primeira vez em casa de um chefe de Estado, aquela foi uma manhã inesquecível (SOARES, 1985, p. 24).

Vale destacar que a Charanga do Alecrim foi incorporada à A.E.A no ano de 1919. Como não tinham instrumentos suficientes para todos os alunos/escoteiros, o professor Luiz Soares precisava fazer uma espécie de seleção entre os garotos que manifestavam interesse em participar da banda, levando em consideração a inclinação dos mesmos para a música. Ao entrar na banda, os garotos assumiam o compromisso de se dedicar intensamente aos ensaios, que ocorriam todos os dias, sem prejuízo das aulas e das atividades escoteiras.

Logo, a banda passou a ser presença constante nos eventos da cidade, conforme lembrou Cascudo (1945, p. 5), “não houve festa cívica, comemoração pública, desfile, alegria justa do povo, que a Charanga não estivesse presente, batendo dobrados, puxando a vibração coletiva”. Para os integrantes da banda, as longas horas de ensaio eram compensadas pela participação nas festas, pelo reconhecimento da sociedade e pelas viagens, pois não era só na cidade do Natal que a Charanga tocava, mas sim em diversos eventos realizados no estado:

Deverá seguir até Macaíba no próximo domingo a banda de música da Associação de Escoteiros do Alecrim onde tomará parte em uma festa ali realizada (BOLETIM Nº 27, 1944, 6).

A banda de música dos escoteiros do Alecrim seguirá hoje para Baixa-verde contratada para tocar numa solenidade religiosa promovida pelo Padre Vicente de Freitas, vigário daquela localidade (PELO ESCOTISMO, 1944, p. 3).

Para esses garotos, a Charanga era mais que uma banda musical, era a oportunidade de sair do bairro do Alecrim e conhecer outras realidades, outros bairros e outras cidades. Também era uma oportunidade para aprenderem a tocar um instrumento e, quiçá, se profissionalizarem. Muito dos garotos que passaram pela banda tornaram-se músicos de bandas militares, principalmente da Marinha, alguns deles até chegaram a alçar a condição de maestro (MELO FILHO, 2013). Dependendo da ocasião, a Charanga do Alecrim era remunerada pelas suas apresentações.

Tantas apresentações demandavam instrumentos afinados. Assim, comumente os instrumentos musicais precisavam passar por reparos:

Chegou o instrumental da banda de música [...] que se achava em Recife passando por uma completa remodelação. Os trabalhos foram confiados ao “Clarim Pernambucano” sob a direção teórica do Sr. Augusto Ernesto Filho. Já foram reiniciados os ensaios sob a regência do sargento Enéas de Araújo e o serviço do senhor Augusto Ernesto tem sido muito elogiado (PELO ESCOTISMO, 1945, p. 4).

Frequentemente, a banda tinha que parar as suas atividades para realizar esses reparos, que, até a década de 1930, eram feitos na Casa Guarany, localizada no Rio de Janeiro. Somente a partir da década de 1940, é que eles passam a ser realizados no Clarim Pernambucano, resultando-se, assim, em uma diminuição dos custos com os transportes dos instrumentos concertos. No intuito de adquirir novos instrumentos, no ano de 1934, o professor Luiz Soares recorre ao Poder Estadual:

Ilmo. Sr. Mário Câmara, Interventor Federal do Rio Grande do Norte- A Diretoria desta Associação no ensejo de adquirir um instrumental novo para a nossa banda de música desde que o atual se acha estragado depois de 16 anos de uso, resolveu mandar a presença de V. Excia. uma delegação de escoteiros sob a presidência do professor Antônio Guerra, que V. Excia. teve a gentileza de receber com especial carinho, estando eles bem impressionados pela maneira a qual a V. Excia. se inteirou sobre a nossa instituição, em cujo seio o nome de V. Excia. é respeitado pelo muito que tem feito pela nossa causa. O novo instrumental encontrado na “Casa Guarany”, no Rio de Janeiro, está orçado em Cr\$ 8.000,00 [...], bastando que V. Excia. nos autorize a telegrafar para a Casa Guarany dando a ordem de embarque. No caso de V. Excia. encontrar embaraço nessa verba que justifique a autorização e a sua boa vontade sempre manifesta para com esta associação, a delegação lembrou a V. Excia, que o auxílio poderia ser feito em sacas de café com cujo produto poderia ser adquirido o instrumental. Confiamos muito nos elevados sentimentos de patriotismo de V. Excia., amparando a nossa causa [...] (OFÍCIO Nº 745, 02 ABR. 1934).

São perceptíveis as astúcias utilizadas pelo educador potiguar para conseguir um novo instrumental para a banda. Jogando com os acontecimentos para aproveitá-los e transformá-los em ocasiões, primeiro, ele envia uma delegação de escoteiros para cumprimentar o interventor, que no meio dessa visita “despretensiosa”, aborda sutilmente a necessidade de adquirir novos instrumentos para a banda. Posteriormente, através de um ofício, o professor Luiz Soares pede à autoridade maior do Estado que libere uma verba para tal fim, propondo

ainda que os instrumentos poderiam ser pagos com sacas de café<sup>6</sup>, caso o interventor sentisse “embaraço” em justificar o uso da verba para a compra dos instrumentos.

Graças às “maneiras de fazer” do professor Luiz Soares, a banda ganhou um novo instrumental. Já na década de 1940, “é realizada uma nova compra de instrumentos na Casa Werrill, em São Paulo, com uma verba constante no orçamento da União [...] autorizada pelo presidente Getúlio Vargas” (ANIVERSÁRIO... 1957, p. 6).

Figura 2: Charanga do Alecrim



Fonte: Museu do Escoteiro do Rio Grande do Norte

Evidentemente, a banda era presença garantida nas festas e solenidades do Grupo Escolar Frei Miguelinho:

A banda de Música tomará parte na festa do Grupo Escolar Frei Miguelinho, hoje, às 7 horas, na Igreja de São Pedro e deverá estar pronta para o próximo domingo seguir para São José do Mipibu a fim de tocar na festa ali promovidas em homenagem ao presidente Vargas (A.E.A-BOLETIM Nº 34, 1941, p. 4).

Mas, não era só nas festas do Grupo Escolar Frei Miguelinho que a Charanga tocava, comumente ela era convidada para tocar nas comemorações de outros grupos escolares da Capital.

---

<sup>6</sup> Provavelmente, o professor Luiz Soares está se referindo às sacas de café que foram, supostamente, compradas pelo interventor para serem distribuídas entre os flagelados da seca.

## DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Constatamos que o professor Luiz Soares soube utilizar a estrutura governamental a favor dos seus projetos educacionais, outrossim que, por vezes, diante dos acontecimentos e ocasiões que se apresentavam no dia a dia do Grupo Escolar Frei Miguelinho, o educador norte-rio-grandense teve que lançar mão do uso de “maneiras de fazer” para pôr em prática as inovações educacionais por ele idealizadas, transformando assim o grupo escolar do bairro do Alecrim em um espaço de educação que articulava o ensino regular às outras práticas educativas, tais como o escotismo, o ensino profissional e musical e o cinema educativo. As aulas do ensino primário ministradas no Grupo Escolar Frei Miguelinho e essas inovações educacionais se complementavam, pois o educador potiguar almejava, por meio dessas práticas intervir na realidade social que circundava seus discípulos, tornando-os cidadãos educados, conscientes dos seus direitos e deveres e úteis à sociedade.

Desempenhando a função de diretor nos dois estabelecimentos de ensino, o professor Luiz Soares convivia diariamente com problemas sociais do bairro do Alecrim, por isso, a preocupação com o futuro dos seus discípulos levou-o a pensar a educação para além do que determinava o Regimento Interno dos Grupos Escolares. Ele argumentava que era preciso ensinar aqueles garotos “um meio útil de ganhar a vida”, por isso, implantou o ensino profissional, por meio da Escola Profissional do Alecrim, criada pelo Decreto nº 176, de 24 de abril de 1922.

Instalada nas dependências da associação de escoteiros, a referida escola de ensino profissional contava com a cooperação do Estado, que pagava aos mestres das oficinas e a subvencionava. Disponibilizando, inicialmente, oficinas de marcenaria, sapataria, serralharía e funilaria. O ensino da Escola Profissional do Alecrim era destinado apenas aos alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho que também eram escoteiros da A.E.A. Desse modo, consideramos que o professor Luiz Soares, por meio desses dois estabelecimentos de ensino, ofereceu aos seus discípulos o que hoje chamamos de escola em tempo integral, visto que os alunos que estudavam no Grupo Escolar Frei Miguelinho pela manhã tinham aulas nas oficinas no período da tarde e vice-versa.

Seus alunos/escoteiros tinham, ainda, a possibilidade de fazer parte da Charanga do Alecrim e assim aprenderem a tocar instrumentos de percussão e sopro. Criada no ano de 1918 pelo professor Luiz Soares e tendo o seu instrumental patrocinado pela ação do Estado, logo, a Charanga do Alecrim, também conhecida popularmente como banda dos escoteiros, se tornou presença garantida nos eventos escolares e festivos da capital, sendo, por vezes, convidada para tocar em festas no interior do Estado. “Pela banda dos escoteiros do Alecrim passaram muitos jovens que seguiram carreira de músicos chegando alguns deles a serem maestros de bandas militares, principalmente da Marinha do Brasil” (MELO FILHO, 2013, p. 6).

Interlocutor da ideia do uso do cinema para fins educativos, o professor Luiz Soares adquiriu um projetor na Casa Kodak no Rio de Janeiro e instalou um Cinema Educativo no ano de 1928, o primeiro da cidade do Natal. O Grupo Escolar Frei Miguelinho era o espaço da circulação das ideias educativas do professor Luiz Soares. Graças as suas “maneiras de fazer”, conseguiu o apoio, sobretudo financeiro para pôr em prática as inovações educacionais ali implantadas, as quais foram decisivas para que o grupo escolar do Alecrim, tivesse o seu

cotidiano reinventado e adquirisse contornos singulares que o distinguiam de outros estabelecimentos de ensino primário da capital.

A história do Grupo Escolar Frei Miguelinho está intrinsecamente ligada a “inventividade” do professor Luiz Soares, seu primeiro diretor, que segundo Melo (1977, p. 118), “conseguiu também realizar uma coisa muito rara no mundo: dirigir por 54 anos (1913-1967) o mesmo estabelecimento de ensino oficial, no bairro do Alecrim”. O professor Luiz Soares dirigiu o referido estabelecimento educativo até o dia 13 de agosto de 1967, data do seu falecimento.

## REFERÊNCIAS

ANIVERSÁRIO da Associação de Escoteiros do Alecrim. **A Ordem**, Natal, 14 jul. 1939, p. 1.

ANIVERSÁRIO da banda dos escoteiros. **A República**, Natal, 15 de out. 1957, p. 6.

Associação dos Escoteiros do Alecrim (A.E.A). **Ofício nº 745**, enviado ao Interventor Federal Mário Câmara, em 02 abr. 1934.

Associação de Escoteiros do Alecrim (A.E.A). **Ofício nº 1013**, enviado ao vice-cônsul dos Estados Unidos, George Filden Colman, em 13 mar. 1947.

Associação de Escoteiros do Alecrim. **Ofício nº 1015**, enviado ao vice-cônsul dos Estados Unidos, George Filden Colman, em 02 abr. 1947.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; SANTOS, Rosa Milena. Ensino moderno público no Rio Grande do Norte no início do século XX: em foco os passeios extraclasse dos Grupos Escolares. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 21, jan/jul de 2016.

BOLETIM nº 27. **A República**. Natal, 20 set. 1944, p. 6. Seção: Pelo Escotismo.

BOLETIM nº 34, **A República**. Natal, 15 ago. 1941, p. 4. Seção: Pelo Escotismo.

ARAÚJO, Luiz Correia Soares. O Escotismo. In.: **Revista de Ensino**, Natal, ano 1, n. 3, jul. 1917, p. 6-7.

ARAÚJO, Luiz Correia Soares. **O escotismo escola do dever**. In: **A República**, Natal, p. 2, 01 jun. 1929.

BANDAS. **A ORDEM**, Natal, 14 agos. 1945, p. 4.

BODAS de prata da Banda de Música. **A República**, Natal, 21 set. 1943, p. 3. Pelo escotismo.

CARVALHAL, Fernanda Caraline de Almeida. **Luz, Câmara, Educação!** O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar. 2008, 203f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro.

CASCUDO, Câmara. A Charanga do Alecrim. In: **A República**, Natal, 15 out, 1945, p. 5.

CINEMA Educativo. **A República**, Natal, 05 fev. 1938, p. 7.

- CINEMA Educativo dos Escoteiros do Alecrim. **A Ordem**, Natal, 27 mar. 1938, p.1.
- ESCOTEIROS comemoram 65 anos com muito entusiasmo. **O Poti**, Natal, 18 jul. 1982, p. 12.
- FERREIRA, Yuma. **A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929)**. 2009, 195f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE)**. 2004, 278f. Dissertação (Mestrado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 13-34.
- MELO FILHO. João Gomes. Centenário do Frei Miguelinho. In. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 abr. 2013, p. 6.
- MELO, Veríssimo de. Pioneiros do Escotismo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 69, p. 117-120, 1977.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.
- MOREIRA, Ana Zélia Maria. Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13). 2005. 165p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- NA MARINHA, no Exército, no sacerdócio e em todos os setores da vida sei que existem corações que aqui se formaram e continuam bendizendo a sua antiga escola. **A República**, Natal, 14 jul. 1944, p.4.
- NONATO, Raimundo. **Luiz Soares, educador exemplar**. In. Revista do Instituto histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, v. 1, n. 70, 1980. p. 25-30.
- PELO escotismo. **A República**, Natal, 25 jun. 1944, p. 3.
- PELO escotismo - **A República**, Natal, 13 fev. 1945, p. 4.
- PEQUENOS ECHOS. **Revista de Ensino**, Natal, ano 1, n. 3, p. 9-11, jun. 1917.
- PINTO, Amanda Thaise Emerenciano. **A presença do professor Luiz Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015, 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande

do Norte, Natal, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador do Estado (1921-1924: Souza) Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da undécima legislatura em 1º de novembro de 1923 pelo governador Antônio José de Melo e Souza. Natal: **Imprensa Oficial**, 1923.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1924-1927: Medeiros). Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da 14ª Legislatura em 1º de outubro de 1927, pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: **Imprensa Oficial**, 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente do Estado (1928-1930: Lamartine). Mensagem apresentada pelo presidente do Rio Grande Norte Juvenal Lamartine à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura. Natal: **Imprensa Oficial**, 1929.

SÃ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, Fancinaide de Lima; MORAIS, Maria Asrinete Câmara de. Escolarização da criança no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (Natal|RN| Brasil, 1908-1920). In: DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natália (Org.). **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança**: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras. Braga: Uminho, 2012, v. 1, p. 465-477.

SOARES, Gil. **Fastígio e ocaso de Ferreira Chaves**. In: O Poti, Natal, p. 24-25, 10 fev. 1985.

SOUZA, Rosa de Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cinema, laboratórios, ciências físicas e Escola Nova. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 89, p. 24-28, 1994.